

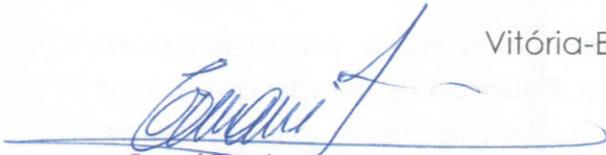
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS, PORTUÁRIOS AVULSOS E COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NOS PORTOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – SUPORT/ES, REALIZADA NO DIA 16 DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

Aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte, no auditório do SUPORT-ES, situado na Rua Duque de Caxias, nº 121, Edifício Juel, 4º andar, sala 404, Centro, Vitória – ES, com início às 08h30min em primeira convocação e 09h em segunda convocação, reuniram-se, em Assembleia Geral Extraordinária, os trabalhadores empregados, aposentados (as) e pensionistas da Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA e associados ao Suport-ES, para analisarem, discutirem e deliberarem sobre a seguinte pauta: **EQUACIONAMENTO DO PORTUS. O presidente do SUPORT-ES, Ernani Pereira Pinto**, abriu a assembleia saudando os presentes, inclusive os aposentados avulsos, mesmo sem ter direito à voz e voto, estavam presentes trazendo apoio aos companheiros da ativa, aposentados e pensionistas. Iniciou convidando para mesa o secretário dos aposentados, Carlos Roberto Alves (Molê), e o presidente da Federação Nacional dos Portuários, Eduardo Lírio Guterra. Em seguida, fez um relato da nossa longa trajetória de reuniões, viagens, greves e manifestações em busca de solução para o Plano de Previdência do Portus, sob intervenção há anos. Enfatizou que a nossa reunião no Rio de Janeiro (nos dias 13 e 14 de janeiro) com todos os sindicatos do país e no Portus, com o interventor, foram muito concorridas. Foram vários debates sobre as 15 (quinze) propostas apresentadas pelo governo com cenários alternativos, como eles chamam. Ernani destacou a preocupação do sindicato de trazer para a assembleia uma proposta que tenha menos impacto na vida dos trabalhadores. Disse que a situação chegou a tal ponto que a proposta que a ser apreciada com certeza não seria a melhor, mas é uma solução que vai estancar o processo de liquidação. Ernani disse ainda que não há tempo para procrastinar e é preciso buscar resolver em definitivo a situação. Disse ainda que chegamos ao limite das nossas discussões em mesa com o governo e com o instituto, com o próprio interventor e com os trabalhadores. Informou que o sindicato sabe das suas responsabilidades e do compromisso com a categoria, que sempre dá um voto de confiança a essa diretoria, desde o primeiro mandato, em dois mil e doze. O sindicato abraçou essa causa e sempre levou para assembleia a verdade sobre os andamentos da difícil situação do Portus. Prova dessa transparência é que o sindicato é o primeiro do País a estar convocando assembleia para debater e deliberar a matéria em questão. Logo depois da sua fala, passou a palavra para o presidente da Federação Nacional dos Portuários, Eduardo Guterra. Ele disse que depois de anos de reuniões, muitas delas, às vezes evasivas e sem

nenhuma perspectiva por parte do governo e até pelo interventor e chegamos para essa última reunião no Rio de Janeiro para debater e definir encaminhamentos por uma proposta de consenso entre os trabalhadores. Guterra disse que as propostas do governo são “pesadas e amargas”, pois prevê o seguinte: I) congelamento do benefício, em caráter vitalício; II) suspensão do pecúlio por morte para os trabalhadores ativos, futuros assistidos e seus beneficiários, sendo preservado tal direito para os que já se encontram como assistidos em virtude do direito adquirido; III) Suspensão do abono anual; e IV) Contribuição extraordinária adicional de até 18,43% para os assistidos e de até 4,79% para os ativos. Ele lamenta, mas diz que, infelizmente, é uma luz no fim do túnel. Disse ainda que o interventor colocou na reunião com todos os sindicalistas presentes que o Portus não aguenta mais dois meses de vida financeira, e que se a categoria não analisar as propostas apresentadas, não terá outra saída senão a liquidação do instituto. Explicou que o interventor, como gestor técnico, disse que não vai assinar nenhuma solicitação de prorrogação da intervenção, fará um relatório da situação caótica e insustentável e encaminhará para a Previc, que não terá outra alternativa senão seguir o que diz a lei, dentro do rito legal, e liquidar o instituto como último recurso. Diante desse quadro de ameaça do governo, Guterra diz que não temos tempo para continuar esse debate: ou aprovamos essa proposta ou vamos ter que buscar na Justiça nossos direitos, lembrando que essa decisão pode levar anos. Disse que o fim do benefício para as viúvas, como eles queriam, foi rechaçado pelos trabalhadores e o governo recuou. Que o congelamento do benefício será feito por até 15 anos e haverá o fim do 13º (décimo terceiro). Informou ainda que o Portus tem um déficit de R\$ 3,42 bilhões, e que o montante de R\$ 1,7 bilhão será aportado pelas patrocinadoras e os participantes vão participar com R\$ 1,6 bilhão. O governo fará um aporte inicial de R\$ 700 milhões em março e o restante será pago em 15 anos, com correção de juros de 4,85%. Será criado um grupo de trabalho para acompanhar toda a transição, com a participação dos sindicatos, e que esse grupo vai trabalhar para buscar diminuir os efeitos drásticos desse impacto. Segundo Ernani e Eduardo, o interventor colocou na reunião que o prazo limite da intervenção é dia 22 de fevereiro, quando todas as negociações devem ser concluídas entre o fundo, patrocinadoras, governo e os trabalhadores. Caso contrário, a entidade pode ser liquidada, e os sindicatos terão de realizar acordos sobre os processos que estão tramitando na Justiça contra o Portus, impedindo que haja cobrança de forma unilateral no que diz respeito ao modelo de plano de custeio. Uma das liminares impeditivas desta cobrança é do Suport-ES. Todos os esclarecimentos e respostas aos questionamentos foram dados. Então, presidente Ernani abre a palavra para o plenário fazer mais perguntas, tirando suas dúvidas. **Marcos**

Paixão faz um alerta para a mesa e diz que todas essas propostas com promessas do interventor sejam feitas por escrito. **Eduardo** responde que todas essas discussões serão assinadas pelos órgãos intervenientes e competentes. **Santa** diz aceitar tal proposta, mas se diz preocupada com uma possível má gestão das diretorias das docas. **Basileu** aceita a proposta porque não quer ficar sem nada, e pergunta se esse aporte das companhias docas vai ser feito em março. **Eduardo** responde que março é um mês referência e acredita que o governo deve cumprir o que vem sendo discutido. **Rosângela** pergunta para Eduardo e Ernani se tinham representantes das companhias docas nessa reunião com o interventor e os sindicatos. **Ernani** responde para a companheira, com a concordância de Eduardo, que as docas não estavam presentes, porque elas já tinham se reunido com o interventor e o governo e acertaram os encaminhamentos das propostas e condições que estão em debate. **Elizete** também se diz preocupada se todos os sindicatos vão aprovar em suas assembleias esse acordo. **Ernani** responde para a companheira e para todos os presentes que a pergunta dela é muito importante e pertinente. Ele lembrou que vários sindicatos aprovaram uma proposta que era bem menos amarga que essa, porém, não era resolutiva. Por isso, agora, está sendo apresentado somente o que foi alinhado com sindicatos e associações no Rio de Janeiro e discutido com o interventor. A rejeição da proposta anterior pelos companheiros do Rio desgastou politicamente a mesa de negociação para o lado dos trabalhadores, mas abriu também perspectivas para o atual cenário proposto. Porém, desta vez, na última reunião realizada no Rio de Janeiro, todos os sindicatos se comprometeram e assumiram o compromisso de levar para suas assembleias e encaminhar que o melhor para o momento é a aprovação dessa “amarga” proposta. **Alfredo** vê com tristeza que essa proposta seja a solução para que o Portus não seja liquidado. Que os benefícios, principalmente dos aposentados e pensionistas, vão ser corroídos ao longo dos anos. Ele diz que é muito duro e difícil ter de encaminhar pela aprovação dessa proposta, mas, infelizmente, terá de acatar ou aceitar, mesmo contra sua vontade, que o orçamento de todos vai ser duramente impactado. Por fim, antes da votação da proposta, **Eduardo** diz que “realmente não tomamos conta do nosso Portus”. **Ernani** reforça que o grupo de trabalho a ser criado não será como foi no passado, que nós seremos fiscais e colaboradores implacáveis, enquanto estivermos à frente do Suport-ES. Por fim, após amplo debate e esclarecimentos, a proposta foi colocada em votação, que por deliberação do plenário, foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o presidente do sindicato agradeceu a presença de todos e encerrou a assembleia.

Vitória-ES, 16 de janeiro de 2020.



Ernani Pereira Pinto
Diretor-presidente



Jairo Silva
Secretário-geral